



VIII CONGRESSO PORTUGUÊS DE SOCIOLOGIA

40 anos de democracias: progressos, contradições e prospetivas

ÁREA TEMÁTICA: Globalização, Política e Cidadania [AT]

TÍTULO DA COMUNICAÇÃO:

“NÃO-LUGAR”, “ESPAÇO RACIONAL” E VIDA URBANA

SÁ, Teresa

Doutorada, Sociologia

Faculdade de Arquitectura da Universidade de Lisboa

teresasa@fa.utl.pt

Resumo

Neste artigo retomaremos duas ideias que podem considerar-se fundamentais para pensar a sociedade contemporânea e, em particular, certos aspectos da globalização: a ideia de não-lugar de Marc Augé e a de espaço racional de Milton Santos.

Para MA o não-lugar, por oposição ao lugar antropológico, é o espaço da contemporaneidade, da globalização e da urbanização, espaços muito codificados, que permitem fazer muitas coisas em pouco tempo. Estes novos espaços: centros comerciais, hipermercados, etc. - "impõem-nos" uma outra forma de interacção no espaço público, onde os actores sociais têm cada vez mais como interlocutores máquinas, objectos inteligentes, ecrãs, publicidade, e funcionários que respondem com monossílabos.

Segundo Milton Santos, existe hoje uma "guerra" entre dois tipos de espaço, um associado a uma racionalidade hegemónica, que se aproxima dos não-lugares, e o outro, a racionalidades paralelas ou contra-racionalidades, que se aproxima do «lugar antropológico» de Marc Augé. É neste último que se encontram os pobres, os migrantes, os excluídos. É também aí que se localizam as actividades marginais ou tradicionais.

Depois de abordarmos, ainda que brevemente, estes conceitos-chave da obra destes autores, prosseguiremos dando um exemplo de um não-lugar/espaço de racionalidade: o centro comercial; e de um lugar antropológico/lugar, o bairro da Cova da Moura.

Defendemos nesta comunicação, seguindo o pensamento de Milton Santos, a ideia de que é nos lugares onde os indivíduos se movimentam segundo "tempos lentos" – o tempo dos "dominados" - que é ainda possível encontrar um espaço público, associado a uma dimensão política e de cidadania.

Abstract

"Non-place," "rational space" and citizenship (substituí por urban life)

In this article we take up two concepts which are essential for reflecting on contemporary society and, in particular, on certain aspects of globalization: Marc Augé's "non-place" and Milton Santos's "rational space". For Marc Augé the non-place, as opposed to the anthropological place, is the contemporaneous space of globalization and urbanization, a very highly coded space, allowing the user to carry out a number of activities in a short time. These new spaces, such as shopping centers, big supermarkets, etc. - "force us" into new forms of interaction, in which increasingly social actors' interlocutors are machines, smart objects, screens, advertising, and staff who respond with monosyllables.

According to Milton Santos, today there is a "war" between two kinds of space: the first is associated with a hegemonic rationality, and is close to Marc Augé's non-spaces. The second is connected with parallel rationalities or counter-rationalities, and is close to Marc Augé's "anthropological place". It is within the latter that you find the poor, the migrants, and the excluded. It is also where marginal and traditional activities are carried out.

After briefly introducing these key concepts, we proceed by giving an example of a non-place / rational space: the shopping center; and an example of an anthropological place / location: the neighborhood of Cova da Moura. Following the thought of Milton Santos, we defend the idea that it is in those spaces in which individuals operate within "slow time" - the time of the "dominated" - that it is still possible to find a public space, with a scope for politics and citizenship.

Palavras-chave: Não-lugar, lugar antropológico, espaço de racional, espaço público, cidadania

Keywords: Non-place, anthropological place, rational space, public space, citizenship

Neste artigo analisar-se-á a maneira como o processo de globalização se materializa no espaço, sobretudo no espaço urbano, transformando as cidades e criando diferenças cada vez maiores entre os países, as classes sociais, os modos de vida. Joga-se de certo modo um confronto entre um espaço da globalização (instrumental, competitivo e “contratual”) e um espaço local (comunicacional, “comum”, e relacional).

Estes dois tipos de espaço que devemos entender como ideal-tipos, o que significa que não existem na realidade mas sim enquanto construções teóricas, são analisados por Marc Augé e Milton Santos através das dicotomias lugar antropológico/não-lugar e espaço racional/lugar.

A primeira tarefa será definir a noção de não-lugar seguindo o pensamento de Marc Augé. Não é fácil e ele próprio o afirma. Partiremos da ideia que os «não-lugares» estão directamente associados aos espaços de circulação, comunicação e consumo (auto-estradas, aeroportos, grandes centros comerciais, etc.), cuja extensão caracteriza a globalização actual (Augé, 2005, [1992]). Mas, é o próprio autor que nos diz, mais tarde, que há outra dimensão dos não-lugares, mais íntima, associada a uma realidade de grande miséria que ele presenciou no meio da floresta de uma família que vivia uma situação onde a própria sobrevivência física estava ameaçada, “Não estávamos num lugar social, mas antes num «não-lugar» por extenuação: tempo parado, espaço infinito mas hostil, individualidades atrofiadas mas refractárias ao mundo exterior, que se agarravam umas às outras em defesa da sua sobrevivência física, manifestamente muito ameaçada.” (2011, p.237). No entanto, Augé aproxima esta miséria humana, a que assistiu, da miséria urbana que está a espalhar-se neste continente (2011, p.238).

O não-lugar é por excelência o domínio do global sobre o local, que corresponde a uma mudança de escala e a um novo contexto, mas é também um espaço marcado pela ausência de interacção social, de laço social, onde o indivíduo permanece solitário, isolado. É esse estado de isolamento, de desespero, e de morte, que Augé encontra neste pequeno grupo que visita na floresta.

Retomemos a definição inicial de não-lugar enquanto espaço da contemporaneidade, da globalização e da urbanização: espaços de circulação, comunicação e consumo, espaços muito codificados, que permitem fazer muitas coisas em pouco tempo. Este ganho de tempo só é possível através de uma organização racional do território, que nos “impõe” uma outra forma de interacção no espaço público. Os actores sociais têm cada vez mais como interlocutores máquinas, objectos inteligentes, ecrãs, publicidade, e funcionários que respondem com monossílabos. Como afirma Marc Augé, “é um espaço dos outros sem a presença dos outros” (Augé, 1994, p.167).

Milton Santos refere-se aos espaços da globalização, os espaços racionais, caracterizando-os através de uma forte densidade técnica e informacional, mas de uma fraca densidade comunicacional. Trata-se de um espaço marcado pela ciência, tecnologia e informação, um espaço onde emergem edifícios “inteligentes”, vias rápidas, centros comerciais, aeroportos. Esses novos espaços vão coexistir com os espaços “velhos” de outros tempos e outros ritmos. As viagens excessivamente programadas (de trabalho ou lazer), o consumo que se transforma em consumismo, o *stress* no trabalho, o querer constantemente superar-se a si próprio, a necessidade de vencer, fazem cada vez mais parte de um “modo de vida” cujo comando é assegurado pela lógica da globalização. Os outros, a quem não é permitido entrar nessa lógica ou que a recusam, mantêm um “ritmo lento”, escapam ao controle que o mundo das imagens exerce sobre os ricos e as classes médias, “Quem, na cidade, tem mobilidade – e pode percorrê-la e esquadrihá-la - acaba por ver pouco, da cidade e do mundo. Sua comunhão com as imagens, frequentemente pré-fabricadas, é a sua perdição. Seu conforto, que não desejam perder, vem, exactamente, do convívio com essas imagens. Os homens «lentos», para quem tais imagens são miragens, não podem, por muito tempo, estar em fase com esse imaginário perverso e ir descobrindo as fabulações.” (Santos, 2002, p.325). É a esses outros espaços que ainda persistem nas cidades que Marc Augé chama “lugar antropológico” definindo-o como identitário, relacional e histórico (2005, [1992]). Aí, os indivíduos constroem o seu percurso individual e encontram pontos de referência espaciais e sociais de uma memória colectiva, “As regras de residência, como vimos a propósito dos Alladien, são uma expressão particularmente forte dessa identificação do espacial ao social.” (Augé, 2011, p.239).

Segundo Milton Santos, existe hoje uma “guerra” entre dois tipos de espaço, um associado a uma racionalidade hegemónica, que se aproxima dos não-lugares, e o outro, a racionalidades paralelas ou contra-

racionalidades, que se aproxima do «lugar antropológico» de Marc Augé. É neste último que se encontram os pobres, os migrantes, os excluídos. É também aí que se localizam as actividades marginais ou tradicionais. Estes espaços constroem-se a partir de “contra-racionalidades” onde os actores que não podem seguir a lógica dominante do consumo respondem com outras formas de racionalidade privilegiando a solidariedade criada no espaço de proximidade onde predominam relações de vizinhança e de comunicação entre os habitantes (Santos, 2002, p.324).

Depois desta breve abordagem ao pensamento de Marc Augé e Milton Santos centrada nos seus conceitos chave: não-lugar e espaços de racionalidade prosseguiremos este texto dando um exemplo de um não-lugar/espaço de racionalidade: o centro comercial; e de um lugar antropológico/lugar: o bairro da Cova da Moura

Acontece com o centro comercial o mesmo que com a televisão: há quem não goste de ver televisão e quem não goste de ir ao centro comercial, mas todos vemos televisão, uns mais que outros, e todos frequentamos, ainda que esporadicamente, os centros comerciais.

Machado Pais num texto muito interessante sobre o consumo e a loucura apresenta-nos com outros “olhos” o espaço do centro comercial. Trata-se do olhar do sociólogo-antropólogo, que se transforma em detective – como ocupa a manhã um “louco”? e em flâneur do século XX – percorrendo a cidade e observando os indivíduos que passeiam nas ruas, que entram nos cafés, nas lojas, no centro comercial.

O texto de Machado Pais é um monólogo em que o autor dialoga consigo próprio à medida que vai perseguindo o Francisco, que observa o que ele faz, como é tratado pelos comerciantes, pelos transeuntes. A certa altura centra a sua atenção não já no Francisco mas no cidadão “normal” que percorre com grande azáfama os corredores do centro comercial de Alvalade. Enquanto sociólogo afirma “tenho obrigação de olhar à minha volta e descobrir realidades invisíveis por mais invioláveis que se apresentem.” (Pais, 2006, p.76).

Tudo começou com a resposta da recepcionista do Hospital Júlio de Matos, quando ele lhe faz uma pergunta nada inocente, para saber se os doentes do hospital saem à rua: “Não tenha medo deles, não fazem mal a ninguém. Tenha antes receio dos outros que não são doentes, esses é que são loucos!” (Pais, 2006, p.76). Este foi o “toque” que o levou a perseguir o Francisco - camisa aos quadrados, calças largas e sapatos de ténis -, questionando-se sobre o traçar da fronteira entre os indivíduos “normais” e os “loucos”.

A sua perseguição assemelha-se ao conto de Edgar Allan Poe “O Homem da Multidão”, onde o personagem principal segue durante mais de vinte e quatro horas um velho que não pára nunca de andar pelas ruas da cidade. Um dos seus locais de visita é um bazar: “Em poucos minutos chegamos a um vasto e tumultuado bazar, com cujos locais o desconhecido parecia bem familiarizado, e onde sua atitude inicial fez-se notar novamente enquanto ele abria caminho para lá e para cá, sem objetivo, por entre o bando de compradores e vendedores. Entrava numa loja atrás da outra, não perguntava o preço de nada, não dizia uma palavra, e mirava todos os objetos com um olhar ausente e desvairado.” (Poe, p.9)

Interessa-nos aqui a análise que Machado Pais faz do centro comercial de Alvalade onde entra em perseguição do Francisco. O centro comercial é um local onde facilmente perdemos a noção de espaço (quem não se perdeu já num centro comercial?) e do tempo (a temperatura é sempre igual, a mesma luminosidade, não há relógios). As pessoas percorrem-no habitualmente sozinhas ou aos pares como no manicómio, há uma vigilância apertada sobre os consumidores como no manicómio, é fácil entrar e difícil sair como no manicómio, aí circulam fantasias e delírios em torno do consumo, no manicómio circulam outras fantasias e outros delírios. Machado Pais perdeu o Francisco no turbilhão das lojas e da multidão, mas encontrou semelhanças entre aquele espaço de lazer e consumo e o espaço de internamento de um hospital psiquiátrico (Pais, 2006).

Numa entrevista, publicada em 2010 pela revista Imprópria, o arquitecto Miguel da Silva Graça defende a importância que o centro comercial tem na cidade, como paisagem urbana e como espaço de lazer e consumo, espaço que já foi de certo modo incorporado nos hábitos de vida urbanos. Refere no entanto que o objectivo do centro comercial “é obviamente a concentração comercial com vista à maximização do lucro” (Silva Graça, 2010, p.28). Há um conjunto de condicionamentos nas técnicas de desenho que têm como

objectivo criar “espaços amigáveis e convidativos à permanência e ao consumo” (id., p.30). É por isso que “nos centros comerciais o número de entradas é sempre limitado. É fácil entrar e é difícil sair. Não é evidente a localização das portas, e o centro é desenhado para que assim aconteça. Também a disposição das escadas rolantes e elevadores é sempre feita de forma cuidada, para que se faça o maior percurso possível. (...) A visibilidade também é importante. Deve ser possível ver os vários pisos a partir do piso em que se está. (...) há uma série de artifícios para o espaço arquitectonicamente moldável e convidativo. Tudo isto somado cria uma espécie de cápsula, um ambiente que convida à permanência.” (id., p.30).

É interessante notar as semelhanças entre o olhar do sociólogo Machado Pais e as regras de certo modo “impostas” aos arquitectos na construção dos centros comerciais. Apercebemo-nos da existência de uma racionalidade instrumental que acompanha os espaços da globalização e que neste caso concreto têm como objectivo, o consumismo.

Machado Pais mostra-nos a loucura do cidadão “normal” que percorre as “ruas” do centro comercial fixado em fantasias e delírios consumistas. A racionalidade instrumental que caracteriza o mundo globalizado, voltado para o consumo e o lucro das grandes empresas, leva-nos a questionar com Max Weber quando ele temia que o “excesso” de racionalidade capitalista correspondesse à perda da razão. Segundo Milton Santos a racionalização do espaço do mundo globalizado aponta para esse limite, mas também segundo ele, esta realidade aponta para a construção de contra-racionalidades que surgem como reacção, quer na cidade como no campo (Santos, 2002, p.310).

Todos, ou quase todos, já ouvimos falar do bairro da Cova da Moura através dos *média*. Associamo-lo rapidamente à criminalidade – à droga, a uma zona perigosa onde não procuraremos passear ao domingo, e se lá tivermos que ir pensamos bem onde estacionar o carro.

Este é o olhar que a globalização através dos medias nos faculta. Não é totalmente falso, mas não é verdadeiro. Há outras maneiras de olhar o bairro Cova da Moura, assim como há outras maneiras de olhar o centro comercial. O poeta António Ramos Rosa, na inauguração do novo Centro de Formação/Biblioteca do Moinho da Juventude, em Janeiro de 2006, escreve assim sobre o bairro da Cova da Moura:

“Estou num lugar mágico de vida e sensibilidade.

*Isto é que é Portugal. Um lugar mestiço. Faz-me lembrar as mantas
de retalhos que minha mãe fazia.*

*A nossa sociedade é isto e não apenas aquele quotidiano das pessoas
esmagadas e inexpressivas que vemos nos transportes públicos.*

A festa também faz parte da vida e estas pessoas estão vivas.

Isto é vida.

O humano é divino.”

A festa, tão proclamada por Henri Lefebvre, associada à vida urbana que devemos construir, ao prazer que deve estar associado à vida do dia a dia, encontramos-na na Cova da Moura. Corresponde a formas de habitar o espaço a que Milton Santos chamou “contra-racionalidade”, e que o bairro da Cova da Moura é um bom exemplo. Trata-se de um bairro de génese ilegal, situado na Amadora, constituído no final dos anos 50 por uma população rural que procura emprego na cidade. Mais tarde, depois de 1974, é ocupado pelos retornados das ex-colónias, e por uma população africana a grande maioria cabo-verdianos. Numa fase posterior surgem os imigrantes do Brasil e do Leste europeu. (Raposo, 2010).

É um bairro de auto-construção onde encontramos uma grande diversidade de edifícios: moradias com uma boa construção, habitações degradadas, habitação evolutiva. O edificado reflecte diferenças culturais, sociais e económicas, correspondendo no espaço a diferentes períodos de ocupação. Por outro lado, trata-se de um bairro onde o poder político e a Universidade, particularmente a Faculdade de Arquitectura da Universidade de Lisboa, têm marcado a sua presença. Desde 1974 o bairro foi sendo palco de intervenções públicas: a realização das infra-estruturas, o plano de Pormenor do atelier Vasco da Cunha (2002), a

Iniciativa Bairros Críticos (2005)). A Faculdade de Arquitectura desde 2004 tem apoiado uma série de projectos visando a estruturação e integração do tecido construído e social existente, destacando-se o papel da arquitecta Isabel Raposo como grande dinamizadora em todo este processo.

Trata-se de facto de um bairro com um conjunto de problemas sociais e urbanísticos (edifícios com má construção, falta de infra-estruturas, de espaços verdes, dificuldade de estacionamento e de circulação automóvel, uma população com um capital cultural e social baixo), mas por outro lado, o que aí encontramos de diferente é um espaço público cheio de vida. As pessoas interagem na rua, falam umas com as outras, combinam coisas, trocam informações, organizam festas, etc. Esta vida no espaço público pode ser explicada, em parte, pela forte vida associativa que acompanha a história do bairro desde o início: em 1978 é criada a Associação de Moradores; no início da década de 1980, constituem-se duas outras associações locais, o Clube Desportivo do Alto da Cova da Moura, criado em 1980 (hoje convertido em Associação de Solidariedade Social), e a Associação Cultural Moinho da Juventude, criada em 1984. (Raposo, 2010). Para além desta vida associativa que se reflecte na interacção que as pessoas mantêm umas com as outras estabelecendo-se entre os moradores ligações, alianças, conflitos, há nos bairros pobres um processo de inter-ajuda entre vizinhos que advém da necessidade de resolver os problemas quotidianos tendo em conta os fracos recursos da população. Nestes bairros encontramos um espaço, entre o rural e o urbano, onde o habitat não se sobrepõe ao habitar. As casas são na sua maioria pequenas e sem grandes condições de habitabilidade e as pessoas vão-se apropriando da rua, transformando a rua em casa, colocando cadeiras, sofás, bancos e aí conversam ao fim da tarde ou depois do jantar nas noites quentes de verão.

Num trabalho realizado pelos alunos da Faculdade de Arquitectura tornou-se claro a importância que os moradores dão ao espaço público. Na sequência de contactos tidos entre os alunos e a população do bairro estes levantaram a seguinte questão aos moradores: Colocámos uma pergunta básica – “O que acha que falta neste largo?”, ao que uma senhora responde ”faltam árvores!”. Questionámos de que forma gostaria de ver dispostas essas árvores, ou se apenas árvores seriam o suficiente, ou até se essas árvores podiam ser um ponto de partida à criação de um espaço de lazer, de encontro e convívio entre os moradores. A resposta foi “árvores com uns banquinhos. Já viu ali? Temos um sofá aqui fora para nos sentarmos”.

O habitat, termo analisado por Henri Lefebvre já em 1968 em *Le droit à la ville*, assenta na possibilidade do acesso à propriedade privada por parte dos operários, que com melhores condições económicas vão podendo comprar a crédito a sua casa. O habitat centra-se na casa-família-indivíduo e acompanha o rápido crescimento das cidades, enquanto o habitar estende-se ao espaço público e aos vários grupos sociais aí presentes, pressupõe a existência de uma vida urbana.

Seguindo o pensamento de Milton Santos é possível encontrar em espaços desordenados, multiculturais, com uma população pobre, considerados perigosos, como por exemplo o bairro da Cova da Moura, formas de produção do espaço mais favoráveis ao desenvolvimento de laços sociais associado à ideia de habitar, do que os espaços instrumentalmente racionais que resultam do processo de racionalização hegemónica da globalização.

Retomemos o início do artigo e a ideia de não-lugar associada a um completo isolamento e pobreza. A pobreza, que nos “trinta anos gloriosos” do Estado Providência correspondia a um grupo bem delimitado e pequeno da sociedade industrializada, podemos-la sentir hoje em dia a qualquer momento, em qualquer profissão, associada à globalização e à nova organização do trabalho. Na cidade, na grande cidade, voltada para o sucesso, para a juventude, e para o consumo, é muito difícil “suportar” o fracasso, o envelhecimento, a doença, a morte. É nos espaços onde existe vida para lá do trabalho, onde existem laços sociais para lá da família, que é possível morrer, que é possível viver.

Referências Bibliográficas

Augé, Marc (2011). La vie en double. Paris: Éditions du Seuil.

Augé, Marc (2005 [1992]). Não-Lugares. Lisboa: Editora 90%.

Augé, Marc (1994). Le sens des autres. Paris: Fayard.

Edgar Allan Poe. O Homem da Multidão, http://www.uel.br/pos/letras/terraroixa/g_pdf/vol12/TRvol12f.pdf

Graça, Miguel da Silva (2012). “Cidades, centros comerciais e praças públicas”, Imprópria, Lisboa, 1.

Lefebvre, Henri (2012). O Direito à Cidade. Lisboa: Letra Livre.

Pais, Machado (2006). Nos rastros da solidão. Lisboa: Ambar

Raposo, Isabel (2010). “Intervenção pública num bairro crítico, o Alto da Cova da Moura”, in Cadernos da Faculdade de Arquitectura, Lisboa. FAUTL.

Santos, Milton (2002). A Natureza do Espaço. São Paulo: Editora da Universidade de São Paulo.